

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº xxxxx/2022

*Dispõe sobre a recomposição inflacionária dos vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias e bolsas-auxílio dos estagiários da Câmara Municipal de Itaúna/MG e dá outras providências*

Faço saber, que a Câmara Municipal de Itaúna aprovou e eu, Alexandre Magno Martoni Debique Campos, Presidente, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

**Art. 1º** Fica concedido, observado o que determina o **inciso X do artigo 37 da Constituição Federal**, o **reajuste de 10,45% (dez vírgula quarenta e cinco por cento)**, a partir de **1º de janeiro de 2022**, sobre os vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias e bolsas-auxílio dos estagiários da Câmara Municipal de Itaúna.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes desta **RESOLUÇÃO** correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal de Itaúna.

**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário, esta **RESOLUÇÃO** entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2022.

Sala de Sessões, em 18 de janeiro de 2022.

**Alexandre Magno Martoni Debique Campos**  
*Presidente do Poder Legislativo*

**Silvano Gomes Pinheiro**  
*Vice-Presidente*

**Edênia Ribeiro Alcântara**  
*Secretária*

## JUSTIFICATIVA

A recomposição inflacionária prevista no presente Projeto de Resolução e que ora se pretende conceder aos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo Itaunense, bem como aos seus estagiários, visa propiciar a devida e obrigatória atualização dos seus vencimentos em conformidade com a legislação que versa sobre a revisão salarial anual.

Tal recomposição está prevista nos dispositivos legais e constitucionais dos artigos 37, inciso X c/c artigo 39, §4º, ambos da Constituição 1988 c/c artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Itaúna/MG, que, especificamente dispõe sobre o assunto:

Art. 1º O Artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Itaúna passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 A remuneração dos servidores públicos ativos e inativos, bem como os subsídios dos agentes políticos, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual com índice único que não poderá ser inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE ou outro indicador que venha a substituí-lo."

§ 1º A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo é assegurada de forma retroativa ao mês de janeiro de cada ano, independentemente do mês em que for aprovada.

O reajuste de 10,45% (dez vírgula quarenta e cinco por cento) previsto no presente Projeto de Resolução e que ora se pretende conceder aos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo Itaunense, bem como aos seus estagiários, visa propiciar, mesmo que por meio de percentual modesto e abaixo do merecimento de nossos funcionários, a devida e obrigatória atualização dos seus vencimentos em conformidade com a legislação que versa sobre a **revisão salarial anual**.

Por tratar-se apenas de recomposição de perdas inflacionárias, não implicando em aumento real de vencimentos, o reajuste aqui proposto não fere o disposto na Lei Complementar nº 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), além de encontrar guarida em decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (proferida pelo Conselheiro Sebastião Helvécio no Processo 1095502), razão pela qual pedimos o apoio dos demais colegas para aprovação da presente Resolução.

Sala de Sessões, em 18 de janeiro de 2022.

**Alexandre Magno Martoni Debique Campos**  
*Presidente do Poder Legislativo*

**Silvano Gomes Pinheiro**  
*Vice-Presidente*

**Edênia Ribeiro Alcântara**  
*Secretária*